

# Projeto E+C quer desvendar as boas práticas e projetos em curso já adotados pelas empresas em Portugal

5 de Março, 2021

O **Projeto E+C** (Economia Mais Circular) tem a duração de um ano e permitirá a caracterização do nível de circularidade atual nas empresas nacionais em termos qualitativos e quantitativos. Desenvolvido e promovido pela **CIP** (Confederação da Indústria Portuguesa), em parceria com o **EY-Parthenon**, trata-se do “maior e mais completo” estudo alguma vez feito em Portugal sobre economia circular. Para além de fazer um levantamento do estado da arte da economia circular em Portugal, identificando as boas práticas já adotadas e os projetos em curso, o Projeto E+C procurará estimular a adoção de uma metodologia de medição da circularidade nas empresas portuguesas amplamente testada a nível internacional.



Em entrevista à Ambiente Magazine, **Sílvia Machado**, assessora sénior para Ambiente&Clima da CIP, refere que, em termos qualitativos, o projeto vai permitir que seja feito o “levantamento das medidas já implementadas e das ações adotadas com vista à circularidade”, assim como a “identificação dos entraves sentidos por forma a identificar os caminhos a seguir”, nomeadamente em “termos regulatórios”, e “elaborar as respetivas recomendações”. Já em termos quantitativos, “esperamos demonstrar, por via de uma amostra nacional representativa, as vantagens na utilização de uma ferramenta para medir de forma robusta o progresso de uma organização ou empresa em direção a uma forma mais circular de fazer negócios”, tendo sempre em vista “os progressos em termos de resultados nacionais no cumprimento das metas do Pacto Ecológico da EU”.

Para a responsável, as empresas têm um “papel fundamental” a desempenhar na transição para uma economia mais sustentável: “A CIP, como maior confederação empresarial nacional que é, deve prestar todo o apoio às empresas neste processo”. A escolha do EY-Parthenon para parceiro do projeto, teve que ver com a “experiência que tem em projetos desta abrangência”, relacionados com “eficiência empresarial coletiva” e o “forte *know-how* da organização” na temática da economia circular, refere.

**[blockquote style="2"]Melhorar o conhecimento sobre quais devem ser os indicadores nacionais para avaliar os planos e as ações[/blockquote]**

Acreditando que as empresas são de facto o “motor da transição necessária” e, reconhecendo o “potencial da contribuição da economia circular para a descarbonização da economia”, a CIP considera que se deve investir, primeiramente, numa abordagem bottom-up: “Começar pelas empresas e proporcionar a possibilidade de escalada para o âmbito setorial e regional, para ter repercussões a nível macro na economia nacional em termos de avaliação contínua dos esforços e progressos alcançados”. De acordo com a responsável, é clara a necessidade de “indicadores de resultados” para que seja possível “tomar decisões estratégicas com maior sucesso”. E os indicadores disponíveis atualmente em Portugal, na área da economia circular, são muitas vezes a “contabilização das iniciativas realizadas” ao invés dos “resultados” dessas iniciativas: “Esperamos poder contribuir para melhorar o conhecimento sobre quais devem ser os indicadores nacionais para avaliar os planos e as ações em termos de economia circular”.



Atualmente, o projeto conta com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e com a DGAE (Direção-Geral das Atividades Económicas): “Esperamos arrancar brevemente com um Steering Committee do projeto que integre igualmente o Iapmei e a ANI”. Esta componente do projeto, segundo Sílvia Machado, é essencial para “ultrapassar os vários obstáculos” que têm surgido no caminho das empresas e dos setores nacionais para a “implementação de medidas de circularidade” e “desenvolver recomendações sobre como progredir mais eficazmente”. Este grupo de discussão terá também a “participação das entidades do sistema científico e técnico nacional que mais de perto têm trabalhado com os setores envolvidos”, nomeadamente “os centros tecnológicos setoriais, para que toda a aposta em inovação em curso seja considerada”, assim como “as premissas para a sua viabilização em termos práticos”. Depois do lançamento do “comité de observação” e do “questionário transectorial” para avaliar o “estado de arte” da economia circular nacional, passar-se-á à “customização dos workshops previstos”, vinca.

Mais do que um investimento, o Projeto E+C vai “exigir uma grande disponibilidade de tempo e de recursos” para que se possa “auscultar as empresas e entidades do sistema científico e técnico nacional sobre estas matérias”. Para essa auscultação, “não basta efetuar um diagnóstico via inquérito nacional” e, por esse motivo, este projeto prevê a “realização de vários workshops onde será possível, além de contribuir para a sensibilização geral, ouvir as questões e problemas de cada setor ou *cluster* de atividade e

debater formas de os resolver e avançar”, realça.

***[blockquote style="2"]A ideia comum é que a economia circular passa apenas por incorporar resíduos e reciclar[/blockquote]***

Embora, sejam vários os “novos projetos apresentados em iniciativas” do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, Sílvia Machado diz que é objetivo deste projeto identificar as “ações e boas práticas existentes”, que embora não classificadas como tal, “foram sendo adotadas pelas empresas nacionais em busca de maior eficiência material e energética” e que contribuem para a circularidade da economia. Aliás, lembra a responsável: “Numa ação de formação lembro-me, depois de ter falado de logística inversa, de duas empresas bastante tradicionais terem descoberto ali, no momento, que afinal já podiam alegar praticar economia circular”. A forma de trabalhar das duas empresas, incluía a “recolha e reutilização de peças dos seus produtos”, uma prática que identificavam como uma “poupança de recursos”, mas que não associavam à economia circular: “A ideia comum é que a economia circular passa apenas por incorporar resíduos e reciclar”.



A Portugal falta uma “maior consciencialização do que é a economia circular e quais as medidas”, além da reciclagem e utilização de matérias-primas secundárias, que podem contribuir para uma “maior eficiência de recursos”. Por outro lado, é necessário apostar na sensibilização e educação do consumidor: “Precisamos de um mercado recetivo de produtos com maior durabilidade e suscetíveis de reparação e recondicionamento que são também, na maioria, mais caros”. Por isso, a “inovação” e o “alargamento dos princípios de ecodesign” necessitam de ser acompanhados pela procura: “O investimento não fará sentido para as empresas se não for sustentável também em termos económicos. O mercado dita em grande medida o progresso, a par da regulamentação”, declara.

Quanto ao futuro, Sílvia Machado deseja que o “conhecimento geral” seja melhorado, inclusive o “conhecimento por parte do Governo da realidade das empresas nacionais” que, “por todos os motivos”, estão motivados para avançar na “implementação de novas medidas promotoras da economia circular”, sendo que merecem esse reconhecimento: “Seja por motivos regulatórios, seja por motivos de sustentabilidade económica e social já que a competitividade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho depende da sua eficiência em termos materiais e energéticos”, remata.